

UM RECORTE DAS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO 1816-1840

THE FIRST SCHOOLS OF THE PROVINCE OF SÃO PAULO
1816-1840

Silvia Soler Bianchi

RESUMO

Esse estudo tem por recorte a educação da província de São Paulo, no período de 1816-1840, compreendendo as escolas de primeiras letras. Tem por objetivo oferecer um retrato da época no tocante à educação e as concepções de ensino. Consultaram-se documentos da época e os apontamentos de historiadores da educação brasileira, compilando essas informações num só texto, fazendo um contraponto com políticas públicas e educação. Parte das proposições reformistas de Martin Francisco e o que foi inserido na Carta Imperial de 1824. A Constituição Política do Império assegurava a instrução primária gratuita a todos os cidadãos e inseria a criação de colégios e universidades, onde seriam ensinados os elementos das Ciências, Belas Letras e Arte. Essa proposição abarcava algumas das proposições de Martin Francisco, o mais novo dos irmãos Andrada e Silva, mas se limitou a sua menção no texto constitucional, o que, de certa forma, guardam consonâncias com a situação atual: o que é declarado nem sempre é efetivado.

Palavras-chave. Educação Pública; Martin Francisco; Carta Imperial; Constituição Republicana.

ABSTRACT

This study has as a cut-off in the education of the São Paulo Province, in the period of 1816-1840, related to the first letter schools. Its purpose is to offer a resume of the time relating it to education and conceptions of education. Documents about this period and the notes of historians educators in Brazil were consulted, compiling this information in a single text, making a counterpoint with public policies and education of the period studied. The start point is the reformist propositions of Martin Francisco and what was inserted in the Imperial Letter of 1824. This Constitution had guaranteed free primary education to all citizens and inserted the creation of colleges and universities, where they would be taught the elements of Sciences, Fine Letters and Art. The Imperial proposition encompassed some ideas of Martin Francisco, the younger brother of the Andradas and Silva, with limitations in the Constitutional text, which, in a sense, is consonant with the current period: what is stated is not always fulfilled.

Keywords. Public education; Martin Francisco; Imperial Constitution; Republican Constitutional.



Introdução

Contempla-se nesse estudo a educação no Brasil, com recorte específico: as escolas de primeiras letras na Província de São Paulo. As pesquisas compreenderam os anos 1816-1840, considerados importantes para a história da educação, pois o período abrange três regimes políticos distintos: Reinado, Império e Regência.

O marco inicial, 1816, foi escolhido em função da apresentação do projeto educacional, conhecido em sua primeira redação como *Memória* de Martim Francisco. Trata-se do primeiro projeto educacional desenhado para o Brasil considerando as propostas iluministas em voga na Europa, e adequado a uma proposição de educação e desenvolvimento humano. O marco final corresponde ao término do período Regência.

A *Memória* de Martim Francisco é um conjunto de ideias desafiadoras pela amplitude de suas proposições. Herdeiro das ideias do escritor francês Benjamin Constant e Condorcet, o documento pouco se afasta das ideias atuais relativas a uma “escola para todos”. Rejeitado em sua primeira versão em 1816, foi retomado na Carta Magna de 1824, e então abandonado, já que as ideias ali contidas jamais foram postas em prática.

A metodologia de pesquisa deste artigo está parcialmente guiada pelas proposições de Martim Francisco, em que é possível verificar o número de escolas elementares presentes em localidades, vilas e cidades paulistas e o acúmulo de informações é apenas um subsídio, pois pouco se sabe como o ensino era proporcionado nessas instituições.

Os únicos retratos mais concretos do que se sucedeu nesse período aparecem em duas obras, ambas cariocas; a primeira delas retrata o reinado – *Memórias de um sargento de milícias* (1854) de Manuel A. Almeida e a segunda a regência – *Conto da escola* (1840) de Machado de Assis. A pedagogia recuperada por Manuel A. de Almeida é uma espécie de cantochão: as crianças repetiam em coro os dados



fornecidos pelo mestre, como era o caso da tabuada. Outro ponto igualmente importante eram os corretivos que o mestre-escola proporcionava a seus educandos, ambos aludidos nas narrativas. Uma das cenas da obra machadiana remete à monitoria: o narrador, um aluno inteligente, dispõe-se a explicar um ponto de sintaxe a outro que tem dificuldades com o assunto.

Fora as passagens literárias, os dados que se oferecem relativamente a esse período estão longe de uma informação clara a respeito de diversas questões; não se consegue saber com relativa clareza o modo como o professor ensinava, o que ensinava, o modo de avaliação, curriculum a ser cumprido.

Educação para Todos: Uma proposta recorrente

A proposta sugerida por Martim Francisco Ribeiro d'Andrada Machado (1775 - 1844), para estruturar um sistema organizado de instrução pública publicada (1815-1816), não está muito distante do que se propõe atualmente: um programa de ensino básico com o máximo de inclusão; o que significa, entre outras coisas, o combate ao analfabetismo, erradicação da pobreza e a inclusão social.

As ideias de Martin Francisco de uma educação para todos eram frutos do ideário do filósofo francês Benjamin Constant, e fundava-se, portanto, no ideário da Revolução Francesa. Parte de uma proposição semelhante às de Comenius, que contribuíram para erradicar o analfabetismo na Suécia por altura do final do século XVIII.

Inspirados em ideal semelhante, países vizinhos ao Brasil – Argentina, Chile e Uruguai – conseguiram resolver a questão do analfabetismo enquanto o Brasil patinava no século XIX, e adentrando o século XX entre propostas inovadoras no âmbito das políticas públicas educacionais, sem conseguir, entretanto, trazê-las para o dia a dia em salas de aulas.



Num quadro da educação entre 1816-1840 pode-se observar as mutilações das proposições amplas de Martim Francisco, ficando estabelecido na Carta Magna Imperial de 1824:

“Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte.
XXXII. A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.
XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes.”

A restrição, ou o corte, vem na concepção de cidadão brasileiro:

“Art. 6. São Cidadãos Brasileiros:
I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.
II. Os filhos de pai Brasileiro, e os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.
III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em serviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.
IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.”

Com base nas premissas apontadas, o presente estudo traz um levantamento da situação do ensino na Província de São Paulo, o que abre um flanco para posteriores reflexões e estudos, para completar o quadro brasileiro dessa época.

Os dados estatísticos estão contidos em tabelas de modo a lançar luzes em termos concretos do que ocorria e naquilo que viria ser a educação no Estado de São Paulo.

É fato amplamente estudado e divulgado que as primeiras iniciativas no campo da educação ocorridas no Brasil colônia foram propiciadas pelos jesuítas. Eram mais preocupados com a catequese, mas nem por isso desinteressados da realidade circundante, vivendo num território não apenas vasto, mas muito heterogêneo.



Os jesuítas se dedicaram à educação brasileira por cerca de duzentos e dez anos, interrompidos pela reforma pombalina. Esta última, fundamentada em ideais iluministas, parecia promissora, mas feneceu por diversos motivos, entre os quais a carência de professores e de material didático adequado ao ensino. A expulsão dos jesuítas trouxe um vazio, de tal sorte que as iniciativas ocorridas no Brasil pós-colonial tiveram de partir praticamente do zero (GOMES, M.H.S.C., 2012, p. 30-45).

Entre os anos 1816-1840, surgiram os primeiros documentos voltados especificamente à educação brasileira. Nesse período foi criado o documento que traz o primeiro marco regulatório: a Carta Imperial de 1824. No que tange à educação no Brasil, a Constituição Política do Império assegurava a instrução primária gratuita a todos os cidadãos e inseria a criação de colégios e universidades, onde seriam ensinados os elementos das Ciências, Belas Letras e Artes.

Nesse mesmo período, surgiu no Brasil o chamado ensino mútuo, também conhecido por método lancasteriano (Mutual or Monitorial System). Seu autor, Joseph Lancaster, (1778-1838) interessou-se pela metodologia de ensino que o pastor anglicano Andrew Bell utilizava em Madras (Índia). Acrescida das ideias reformistas do jurista Jéremuy Bentham (1748-1792), a metodologia foi aplicada numa escola para filhos de trabalhadores, estabelecida nos subúrbios londrinos. Os mais entusiastas desse método afirmavam que não havia mais necessidade de livros para a aprendizagem, sendo esta uma solução para a educação popular, uma verdadeira panaceia. No Brasil, em 1823, inaugurou-se na Corte a Escola Normal do Ensino Mútuo, ficando a cargo da Repartição da Guerra; os militares foram os pioneiros nessa modalidade de educação.

Escolas lancasterianas foram criadas pelas províncias do Império, que adotaram o método, para o qual foram disponibilizados os prédios públicos, conforme a Carta Imperial de 15 de outubro de 1827. Nesse mesmo ano, na Assembleia Geral do Império, o deputado Cunha Matos, em resposta ao deputado Holanda Cavalcanti, afirmava:



...de tudo que tenho lido não encontrei um método melhor; ele (Lancaster) bebeu esta doutrina na Índia e é de lá que tirou esse método de ensinar, não sabe como se possa dizer que o método de ensino não é bom, e que possa haver argumentos que mostrem o contrário (PRIMITIVO, 1936, p.1888).

O método lancasteriano não alcançou seu objetivo, quer no Brasil, quer em outras partes do mundo onde foi aplicado, inclusive na própria Inglaterra. Porém, foi em nosso país a primeira tentativa de alfabetização em massa.

Em 16 de novembro de 1830, o vice-presidente da província e bispo diocesano D. Manuel Gonçalves de Andrade, nomeava, de acordo com a Carta Imperial de 15 de outubro de 1827, o professor de primeiras letras, João Francisco dos Santos, para a freguesia de Santa Efigênia, mediante a aprovação realizada pelos examinadores. Deveria o novo professor de Palácio ensinar pelo método lancasteriano, com o ordenado de quatrocentos mil Réis anuais (JORGE, 1999, p. 110).

Na França, os alunos mais adiantados, chamados de monitores, ensinavam os mais atrasados; já no Brasil, eram chamados decuriões¹ e era permitido aos professores vir à capital da província instruir-se no método de Lancaster, mas às suas próprias custas, o que impossibilitou esse modo de formação.

Quanto à gestão escolar, a centralização administrativa foi uma das características preponderantes do governo imperial. A Coroa administrava o ensino, delegando às Câmaras Municipais a incumbência de realizar a inspeção das escolas primárias².

Conforme já mencionado, em 1816 já havia uma comissão liderada por Martim Francisco Ribeiro de Andrade, propondo a organização de um Sistema de instrução pública em três graus, a ser implantado no Brasil:

O primeiro grau cuidaria da instrução comum tendo como objeto as verdades e os conhecimentos úteis e necessários a todos os homens, e teria a duração de três anos, abrangendo a faixa etária dos 9 aos 12 anos de idade. O segundo grau, com duração de seis anos versaria sobre os estudos básicos

¹ Aluno mais adiantado que tem a seu cargo uma decúria.

² Constituição Brasileira de 1 de outubro de 1828, artigo 70, parágrafo 32.



referentes às diversas profissões. E o terceiro grau se destinaria a prover educação científica para a elite dirigente do país (SAVIANI, 2010, p.122).

No que diz respeito ao terceiro grau, boa parte das iniciativas, boa parte das iniciativas, que foram incorporadas na Carta Magna de 1824, concentraram-se na cidade do Rio de Janeiro. Quanto aos demais graus de ensino, não parece haver nessas propostas uma clara noção de inclusão.

Muller (1978) destaca que na Comissão de 1816 ocorreu o estabelecimento de 19 escolas nas vilas mais povoadas de São Paulo, todas regidas por um mestre; entretanto, não se mencionavam escolas para meninas: na época, o ensino público para o sexo feminino era refratário. Na discussão da comissão, o deputado Maciel da Costa, futuro Marquês de Queluz, afirmou que a proposta era a de não excluir as mulheres, mas que se colocasse a expressão “de um e outro sexo”, aceita por todos.

Somente em 1823, na Assembleia Constituinte, formou-se uma comissão de instrução composta por Manoel Jacinto Nogueira da Gama, Martim Francisco Ribeiro de Andrade, Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, Antônio Gonçalves Gomide e Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira. Os dois primeiros representavam a província do Rio de Janeiro, o terceiro e o quarto a província de Minas Gerais e o último, a província de São Paulo.

O projeto de Constituição não foi aprovado, e a assembleia constituinte foi dissolvida pelo Imperador (Decreto Imperial de 12 de novembro de 1823), sob a alegação de falta de consenso entre os constituintes. Nova comissão nomeada, em seguida, constituída de 10 juristas, criou um projeto de constituição tendo como modelo o filósofo francês Benjamim Constant.

Somente em 25 de março de 1824 foi jurada a Constituição do Império, projeto votado e aprovado pelas câmaras municipais do Império, tendo votado contra as cidades Itu, Olinda e São Bento do Tamanduá (atual Itapeverica-MG).



Eleitos para a legislatura de 1826, os deputados formaram nesse mesmo ano uma comissão para a reforma do ensino, composta pelo Cônego Januário Barbosa, José Cardoso Pereira de Melo e Antônio Ferreira Franco. O bafejo das ideias liberais propiciava instrução feminina. O Deputado Lino Coutinho propunha que se abrisse em cada convento escolas para meninas, onde se ensinaria a ler, escrever, contar, o catecismo, costura e outras habilidades próprias das jovens. A iniciativa não foi aceita, por ser contrária às regras canônicas.

Após muitas discussões, foi finalmente aprovada a Lei de 15 de outubro de 1827, em que Lino Coutinho propunha que as futuras mestras fossem dispensadas dos exames públicos, mas fossem indicadas pelo Palácio, pois eram elas que davam educação aos filhos, recebendo apoio do padre Feijó e de Paula Souza, sendo contrários o Deputado Vasconcelos Drummond e Xavier Carvalho.

A Carta Imperial de 15 de outubro de 1827, em seu Artigo 7º, determinava que fossem criadas escolas de primeiras letras para meninos e meninas em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos; determinava ainda os vencimentos dos mestres e mestras, concurso público de ingresso, vitaliciedade dos cargos e o conteúdo programático:

...os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções gerais de geometria, a gramática da língua nacional e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica, apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e História do Brasil. Quanto às mestras, observava as diferenciações de gênero: ...além do declarado no artigo 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução da Aritmética só as quatro operações, ensinarão também as que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes do Conselho aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames na forma do art. 7º.

Portanto, admissão de professores e professoras privilegiava a dignidade ao saber propriamente dito, acarretando a contratação de mestres dotados de poucos conhecimentos, surgindo assim os chamados professores de Palácio. Os professores de Palácio eram aprovados por uma banca presidida pelo presidente da província ou



seu preposto. A regulamentação do processo ocorreu somente a partir de 1846, quando se criou a Escola Normal.

O imperador D. Pedro I recomendava o método Lancaster aos presidentes de província, encarecendo as necessidades de sua breve execução em todos os estabelecimentos públicos. O método permitia o uso da palmatória e outros castigos corporais moderados. A fiscalização das escolas nas vilas era realizada pelas câmaras Municipais, conforme Regimento das Câmaras Municipais do Império, Lei de 1º de outubro de 1828.

O fracasso do método lancasteriano e a falta de uma Escola Normal para formação de professores prejudicavam o ensino de primeiras letras na província. Entretanto, apesar da precariedade na formação dos mestres na primeira metade do século XIX, podem se assinalar escolas de primeiras letras na maioria das cidades e vilas, predominando escolas para o sexo masculino (MULLER, 1978).

A criação de escolas para meninos era fato; apesar disso, também passaram a existir propostas para que se criassem escolas de Primeiras Letras para meninas, não apenas nas Vilas mais povoadas, mas também nas freguesias cabia às mestras residir no mesmo local em que funcionavam as escolas.

Em 1830, o Deputado Ferreira França salientava a tendência da mulher para o ensino e que o magistério das escolas públicas desse preferência as elas. Já o Deputado Batista Pereira foi contrário a uma instrução apenas nas vilas e cidades; acreditando que sem ela não haver bons costumes, e sem bons costumes, não haveria virtude. O Deputado Lino Coutinho propunha que, onde não houvesse número suficiente de meninas para abrir escolas, que elas fossem mistas, como acontecia em outras nações.

A provisão de 1828 nomeou a primeira cadeira de sexo feminino criada, para a qual foi nomeada Dona Benedita da Trindade e Lado de Cristo, por ser pessoa “de capacidade, zelo e conhecimento”, conforme aprovação perante o presidente da



província, conforme a lei, com a remuneração de 300\$000 anuais (RODRIGUES, 1962, p. 71).

Em 1832 o ensino passou a ser centralizado, e foi fixado o salário dos professores para dar incentivo à carreira do magistério. Os salários para o magistério não gozavam de uniformidade. Na capital, alcançava 480\$000 anuais, nas vilas de Beira-mar, 400\$000, nas freguesias 240\$000, chegando a 369\$000 nas demais regiões. O presidente da província autorizou em Conselho, por meio da Assembleia, a fazer o exame das mestras fora da capital ou em qualquer lugar da província, desde que solicitado³.

O Ato Adicional de 1834 descentralizava o ensino em todo o Império e concedia às Assembleias Provinciais a faculdade sobre a instrução do povo, exceto o ensino superior, cabendo a elas apenas o ensino primário e o secundário.

A obra de Pedro Daniel Müller (1938) traz informações sobre essas escolas, uma delas na primeira metade do século XIX, província de São Paulo ainda não tinha sido bafejada pelos fatores desenvolvimentistas da segunda metade do século XIX: a cafeicultura, a imigração e o desenvolvimento ferroviário.

Percebe-se não ser desprezível o número de escolas, desmentindo a ideia comum de que a educação elementar no Brasil teria se iniciado tardiamente, apenas a partir da República.

No período Colonial, Imperial e nos primeiros anos da República, as Vilas correspondiam aos atuais municípios e tinham autonomia municipal (o título de cidade só era concedido aos municípios mais importantes).

A primeira delas foi a de São Vicente, fundada por Martin Afonso de Souza. A povoação foi elevada a Vila por um decreto do Donatário ou de seu preposto;

³ A referência à precariedade desses valores está no comentário de Martim Francisco, concedendo uma jubilação com o total de seus proventos, dadas as dificuldades de sua tarefa (cf. BONTEMPO e BOTO 2014, p. 271-2).



entretanto, com o término do sistema de Capitânicas Hereditárias, as povoações passaram à condição de Vila, ficando a devida designação a cargo dos capitães, gerais ou governadores. Também em Salvador, na Bahia, onde residiam as autoridades, entre elas o Governador Geral, o Ouvidor Mor, o Capitão Mor da Costa e o Bispo, houve a instalação de escola. A seguir um quadro onde pode-se observar o conjunto de escolas existentes nessas vilas:

Tabela 01 - Elaborada a partir de dados oferecidos por Müller (1978)

VILA	TIPO	Nº ALUNOS	GÊNERO	DISCIPLINAS	T P	TOTAL
Bananal	N	30	M	Primeiras letras		
	P	09	M	Gramática latina e francesa	39	39
Bragança	N E.M	29	M	Primeiras letras	29	68
Constituição	N	35	M	Primeiras letras	35	103
Cunha	N	18	M	Primeiras letras		
	P	28 (4 escolas)	M	Primeiras letras	44	147
Franca do Imperador	N	17	M	Primeiras letras		
	P	23 (2 escolas)	M	Primeiras letras	40	187
Guaratinguetá	N	-	-		-	-
Iguape	N	47	M	Primeiras letras		
	P	18 (2 escolas)	M	Primeiras letras	65	252
Itu	N	13	M	Gram. latina		
	S	13	M	Primeiras letras		
	CE	17	M	Primeiras letras	43	295
	N	75	M	Primeiras letras		
	N	48	F	Primeiras letras		
	P	21	M	Primeiras letras	144	439

Legenda:

CE: Casa de Educandos

N: Escola Pública

F: Feminino

E.M.: Ensino Mútuo

P: Escola Privada.

S: Seminário

TP: Total parcial

M: Masculino



Na tabela há um conjunto significativo de escolas públicas em relação às privadas; atendem a 310 alunos, enquanto as particulares, 129 (números aproximados, por não se considerar o contingente de Guaratinguetá). Itu surpreende não apenas com os números de alunos, mas com a diversidade de escolas, como também por oferecer educação a meninas, atingindo mais de 10% do alunado das vilas. Quanto à remuneração, o diretor do Seminário⁴ e a Diretora da casa de Educandos têm gratificação pelo cofre provincial.

Os dados da tabela poderão sofrer alterações conforme a fonte pesquisada. Daniel P. Kidder (1815-1891), um missionário metodista que percorreu províncias do Império no período Regencial (1831/40); portanto, contemporâneo de Daniel Pedro Müller, encontrou na então cidade de Itu uma escola primária masculina e uma escola primária feminina. A primeira, frequentada por 70 alunos, sendo 50 brancos e 20 de cor; a segunda, com 38 alunas brancas e cinco de cor, contando com mais três escolas particulares para meninos e duas onde se ensinava latim, com cerca de 50 alunos.

Junto à igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho havia um seminário com 10 alunos e nele ensinavam-se primeiras letras, cânticos, e às vezes, latim. Havia ainda uma Casa de Educandas, para 18 mocinhas. No que tange à administração e aos métodos das escolas, “estas eram ineficientes e frades” (KIDDER, 1972, p. 222/3). Pode-se afirmar que as informações oficiais e a do missionário metodista são similares, o que fazia então de Itu, merecidamente, a segunda cidade da província de São Paulo em importância não só econômica, como também cultural, daquela época.

Na tabela a seguir as escolas e sua localização:

⁴ Seminário no período não tem a mesma conotação que nos dias atuais. Foi uma expressão criada para os educandários destinados aos órfãos, mantidos pelo governo. Tem origem no professor, aquele que cultiva e cuida da semente; o termo deriva do genitivo latino *seminis*.



Tabela 02 - Localidades e escolas

CIDADE	TIPO	Nº ALUNOS	GÊNERO	DISCIPLINAS	T P	TOTAL
JACAREÍ	N	34	M	1 ^{as.} letras		
	P	34	M		68	68
JUNDIAÍ	N	(mestre suspenso)		1 ^{as.} letras		
LORENA	N	(vaga)				
	P	30	M	1 ^{as.} letras	30	98
MOGI DAS CRUZES	N	67	M	1 ^{as.} letras		
	P	44	M	1 ^{as.} letras	111	209
PINDAMONHANGA BA	N	18	M	1 ^{as.} letras		
PORTO FELIZ	N	72	M	1 ^{as.} letras		
	P	31	M	1 ^{as.} letras	103	312
SANTA ISABEL	N	30	M	1 ^{as.} letras	30	342
SANT'ANA DE PARNAIBA	N	31	M	1 ^{as.} letras	31	373
SANT'ANA E SÃO MIGUEL	N	16	M	1 ^{as.} letras		
	P	28 (3 escolas)	M	1 ^{as.} ; letras	44	417
SANTO AMARO	N	45	M	1 ^{as.} letras	45	462
STO. ANTÔNIO DE PARAIBUNA	N	23	M	1 ^{as.} letras	23	485
SANTOS	N	18	M	Gram. latina		
	P	14	F	1 ^{as.} letras	32	517
	N	37	M	1 ^{as.} letras		
	P	203 (4 escolas)	M	1 ^{as.} letras	240	757
SÃO CARLOS (atual CAMPINAS)	N	28	M	1 ^{as.} letras		
	P	45	M	1 ^{as.} letras	73	830
SÃO JOÃO DE ATIBAIA	N	Vaga		Gram. latina		



	N	51 (2 escolas)	M	1 ^{as.} letras		
	P	16 (2 escolas)	M	1 ^{as.} letras	67	897
SÃO PAULO E DISTRITO		08	M	História eclesiástica		
	S	19 N	M	1 ^{as.} letras		
		33 N	F	1 ^{as.} letras	60	957
	N	135(4 escolas)	M	1 ^{as.} letras		
	N	181 (3 escolas)	F	1 ^{as.} letras		
	P	14	F	1 ^{as.} letras	340	1287

Legenda:

CE: casa de educandos N: escola pública P: escola privada.
 S: seminário TP: total parcial M: masculino
 F: feminino E.M.: ensino mútuo

Kidder em seus estudos tece elogios à escola primária de São Paulo, quando nela esteve no ano de 1839, atestando que foi a mais florescente que conheceu no Império. Nela era aplicado o método lancasteriano. A escola contava com 156 alunos, brancos em sua maioria; porém, entre eles,

(...) alguns mulatinhos e negrinhos (que) pontilhavam a garotada... Os alunos das diversas classes com vivacidades e inteligência às perguntas que se lhe propunham, demonstrando assim o seu bom adiantamento (...) O que mais me nos agradou, entretanto, é que para o ensino de leitura adotavam em aula uns cartões contendo trechos das Escrituras. Foram escolhidas para isso, passagens bastante apropriadas ao desenvolvimento dos pequenos leitores, e, tal sistema não poderia deixar de exercer a mais benéfica influência não sobre os corações dos petizes como sobre os seus espíritos (KIDDER, p. 251,1972).

Em São Paulo o reverendo Kidder encontrou bom acolhimento junto ao Padre Feijó, que propôs à Assembleia Provincial doar 12 exemplares do Novo Testamento às escolas primárias da província, o que não foi aceito (LEITE, 1954, p. 148).

Em 1839, o presidente da província, Dr. Manuel Machado Nunes, autorizou o estabelecimento de uma fazenda comum para ensino, ensaio e aperfeiçoamento da agricultura, não muito distante da capital (LEITE, 1954, p. 148).



Em Ubatuba havia uma escola de primeiras letras para meninos e meninas: número de discípulos: 11, número de discípulas: cinco, totalizando 16 discípulos. Na Vila Real da Extração da Santa Cruz de Uberaba, existia aula primária, mantida por particular, com meninos e meninas são consideradas as primeiras escolas mistas que se tem notícia.

Tabela 3 – Números de alunos e escolas mistas

CIDADE	TIPO	Nº DE ALUNOS	GÊNERO	DISCIPLINAS	T P	TOTAL
SÃO SEBASTIÃO	N	12	M	Gramática latina		
	N	90		1 ^{as} . Letras		
	P	30 (duas escolas)	M	1 ^{as} . Letras	132	132
SOROCABA	N	22		Gramática latina		
	N	107	M	1 ^{as} . Letras		
		40	F	1 ^{as} . Letras		
	P	73 (três escolas)	M	1 ^{as} . Letras	242	374
TAUBATÉ	N	24	M	Gramática latina		
	N	48	M	1 ^{as} . Letras	72	446
UBATUBA	N	11 m + 5 F	M & F	1 ^{as} . Letras	11	457

Legenda:

CE: casa de educandos

N:escola pública

P:escola privada: seminário

TP: total parcial

M: masculino

F: feminino

E.M.: ensino mútuo

Da tabela acima, acrescenta-se a escola localizada na Vila Real da Extração da Santa Cruz de Ubatuba, uma instituição particular de que não se tem o número de alunos.

Ambas, a escola acima citada e esta última são consideradas as primeiras escolas mistas que se tem notícia no Brasil. Veja-se a seguir, na referência à localidade de Paranaguá contém um informação igual.



Tabela 4 – Outras localidades

LOCALIDADE	TIPO	Nº DE ALUNOS	GÊNERO	DISCIPLINAS	T P	TOTAL
ANTONINA	P	30	M	1 ^{as} Letras	30	30
CURITIBA	N	54	M	1 ^{as} Letras		
	N	43	F	1 ^{as} Letras	87	117
PARANAGUÁ	N	56	M	1 ^{as} Letras		
	P	39	M e F		114	
	N	24	M	Gramática latina		
	N	48	M	1 ^{as} Letras	72	
	N	11		1 ^{as} Letras	11	

Legenda:

CE: casa de educandos

N: escola pública

P: escola privada: seminário

TP: total parcial

M: masculino

F: feminino

E. m: ensino mútuo

Encontraram-se em algumas vilas, portanto, nos municípios de São Luís do Paraitinga, São José de Paraitinga, atual Salesópolis, São Bento de Araraquara, Itapeva, Santo Antônio de Apiaí, São João de Cananéia, Conceição de Itanhaém, Vila Bela da Princesa, atual Ilhabela, e São Vicente, não havia escolas de primeiras letras (MÜLLER, 1978, p. 265).

Em 1853, criou-se a Província do Paraná, desmembrando-se da Província de São Paulo; portanto, na obra de Müller (1978), constam escolas nas seguintes localidades paranaenses; até então, localidades paulistas. A primeira medida para melhorar o nível das escolas de primeiras letras na província foi a criação da Escola Provincial em 1846.

Uma das mais antigas professoras de meninas da cidade de São Paulo foi dona Benedita da Trindade do Lado de Cristo, nomeada por provisão de 29 de abril de 1828, com o ordenado de 300\$000 (trezentos mil Réis) por ano. Sua escola era frequentada pelas meninas da melhor sociedade, para que depois se tornassem boas mães de família. Sua irmã, dona Maria Leocádia do Sacramento, em 1830, torna-se diretora do



Seminário de Educandas de Nossa Senhora da Glória, escola para meninas, fundada em 1825 pelo Barão de Congonhas do Campo, então presidente da província de São Paulo (MÜLLER, 1978).

Outras escolas particulares existiam na cidade, e entre elas pode-se citar: em 1840, a escola do padre João Batista de Oliveira, antigo professor do Seminário de Educandos de Sant'Ana, onde se lecionava também latim e francês.

Na então Imperial Cidade de São Paulo havia escolas destinadas ao ensino profissionalizante; entretanto, ministravam as primeiras letras, juntamente com a aprendizagem, que era ministrada na Casa de Correção e Trabalho (1825), Seminário de Educandas Nossa Senhora da Glória (1825), Seminário de Educandos de Sant'Ana (1825) (ETCHEBÉHERE; TRUFEM, 2010, p. 109-141).

Seminário de Educandos Nossa Senhora da Glória

Criado pelo Governo Imperial a 8 de junho de 1825 por Lucas Antônio Monteiro de Barros, futuro Barão e Visconde de Congonhas do Campo. Seu nome original era “Meninas Órfãs e Educandas da Nossa Senhora da Glória (BORGES, 1980, p. 24). O Imperador D. Pedro I subvencionava o Seminário com 600\$000 réis anuais, tendo sido inaugurado em 8 de junho de 1825, na Chácara da Glória, pertencente à Fazenda Nacional em direção ao arrabalde do Ipiranga. Nesse ano foi expedido o estatuto que regulamentava seu funcionamento. Tinha como finalidade, além de abrigar jovens pobres e/ou órfãs, prepará-las para o magistério das primeiras letras. Atualmente é uma escola do ensino oficial do Estado de São Paulo com o nome de Escola Estadual Seminário Nossa Senhora da Glória, situada no bairro do Ipiranga.

Seminário de Educandos de Sant'Ana

Fundado em 1825, na antiga fazenda de Sant'Ana, que pertenceu aos jesuítas, expulsos do Brasil em 1759, surgiu juntamente com o Seminário de Educandas Nossa Senhora da Glória. Tinha por finalidade de amparar meninos pobres, principalmente filhos de militares que serviam à Pátria na região do Prata.



Participaram também de sua fundação Lucas Antônio Monteiro de Barros, Barão e Visconde de Congonhas do Campo (MÜLLER, 1978, p. 262). Foi dirigido pelo irmão terceiro franciscano Joaquim Francisco do Livramento, catarinense, nascido na então Vila de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis (SILVA, 1928, p. 291). Havia aulas de primeiras letras, música, oficinas de marceneiros, de alfaiate, de sapateiro e de encadernador. Os rapazes que concluíam os estudos eram enviados para o Arsenal das Docas da Corte (Rio de Janeiro) ou para a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, obrigados a trabalhar para a Nação durante certo tempo como forma de indenização pelas despesas. Em 1865, o Seminário foi transformado em Instituto de Educandos Artífices⁵.

O Visconde de Congonhas do Campo foi responsável no período pela criação da 1ª Biblioteca Pública da Província, tendo como bibliotecário o Padre Antônio dos Reis, posteriormente Bispo de Cuiabá. Em 1827, assim que foi fundada a Faculdade de Direito, a biblioteca foi fundida a essa nova instituição.

A instrução na província estava subordinada à autoridade do Inspetor Geral da Instrução Pública e os Inspectores de Instrução Pública tinha autoridade em seu distrito.

Relativamente às despesas salariais, os proventos dos mestres após o Ato Adicional (1834) estavam a cargo do Tesouro Provincial, ao qual cabia também subvencionar o ensino particular.

O funcionamento de estabelecimentos particulares dependia da autorização da Inspetoria Geral de Instrução Pública. Por fim, a remoção de professores era efetivada pela Inspetoria Geral do Ensino Público, que era o supremo órgão educacional, em concomitância com o presidente da província e a assembleia provincial, pois deles dependia a criação de novas escolas.

⁵ As inconstâncias referentes ao funcionamento dessa instituição são reveladoras da fragilidade das políticas públicas do século XIX (cf. <http://idd.org.br/acervo/instituto-de-educandos-artifices/>).



A Educação Provincial: Números, verbas e frequência discente

No ano de 1835, conforme o relatório da Despesa Provincial, foram gastos com a Instrução Pública 18:910\$386 (dezoito contos, novecentos e dez mil e trezentos e oitenta e seis Réis; MÜLLER, 1978, p.215).

O horário dos alunos para as aulas seria de duas horas no período da manhã e duas horas no período da tarde; às quintas-feiras, não havia aula.

Férias Escolares e Festividades e Dias Santificados

As férias escolares ocorriam de primeiro de dezembro até o dia da Epifania, ou Dia de Reis (6 de Janeiro). Também não havia aulas nos dias de Carnaval e Quarta-feira das Cinzas, Dias Santificados e Feriados Nacionais.

Dias Santificados (TAUNAY, 1954, p. 31)

Domingo de Ramos até o Dia dos Prazeres. Nossa Senhora dos Prazeres,

Segunda-feira após o Domingo da Ressurreição ou da Páscoa;

2 de Fevereiro. Purificação de Nossa Senhora.

13 de Junho. Santo Antônio.

24 de Junho. São João Batista.

29 de Junho. São Pedro e São Paulo.

15 de agosto. Assunção de Nossa Senhora.

8 de Setembro. Natividade de Nossa Senhora.

1 de Novembro. Todos os Santos.

2 de Novembro. Finados.

25 de Dezembro. Natal do Senhor.

1º de Janeiro. Circuncisão do Senhor e Ano Bom.

Ascensão do Senhor. Quarenta dias após a Páscoa.

Corpus Christi. Sessenta dias após a Páscoa.

Feriados

25 de Janeiro. São Paulo.

25 de março. Promulgação da Constituição do Império.



- 7 de abril. Abdicação de D. Pedro I.
- 3 de maio. Instalação do Parlamento Nacional.
- 7 de setembro. Independência;
- 2 de dezembro. Aniversário do Imperador D. Pedro II.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de informações disponíveis relativo ao período estudado é insuficiente para dar conta de um retrato real do que aconteceu entre 1816-1840, apresentando, porém, alguns elementos que podem auxiliar em futuras pesquisas. As incertezas, idas e vindas e iniciativas abandonadas *ab ovo* são uma amostra do que veio a ocorrer nos numerosos projetos educacionais que não vingaram nestes últimos cento e setenta anos.

Além dos dados estatísticos, pouco se pode adiantar a respeito de como efetivamente ocorria a educação das primeiras letras quer na Província de São Paulo, quer nas demais regiões do país.

O que se tornou evidente nesse conjunto de proposições pedagógicas foi, principalmente, falta de vontade política e um olhar desenvolvimentista a longo prazo. Não houve intenção verdadeira de mudar a realidade do país, nem de implementar um projeto que cumprisse o propósito de resgatar um camada social, colocada à margem da sociedade e da vida pública.

As personagens secundárias de Machado de Assis e Memórias de um sargento de milícias de Manuel Antônio de Almeida talvez sejam os retratos mais vivos do que ocorria com essa camada social.

Os projetos adiados parecem ter acumulado um contingente significativo de pessoas que, graças à somatória de políticas educacionais insatisfatórias alijaram e continuam alijando cidadãos brasileiros de inclusão e desenvolvimento pleno.



Uma das grandes dificuldades que ocorreram depois da reforma pombalina e presente nas propostas entre 1816-1840, a carência absoluta de educadores preparados para dar conta da tarefa de educar, faz-se muito atual.

Do ponto de vista numérico, a questão parece não se colocar nesse período na maior parte das escolas públicas do Estado de São Paulo com relação aos professores, uma vez que se observa uma questão de status social, eles eram nomeados pelo próprio imperador.

Considerando as peculiaridades culturais e econômicas do período estudado, e contrapondo-as na mesma proporção com os da atualidade, observa-se que, de certa forma, as dificuldades encontradas no século XIX, longe de resolvidas, reaparecem hoje sob nova roupagem, com um grau de complexidade a desafiar todos os gestores da educação, pois a vontade política esbarra e contempla outras prioridades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. **Constituições do Brasil**. São Paulo: Edição Saraiva, 1963.

AZEVEDO, Aroldo. **Vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, Boletim nº 208, Geografia 11, 1956.

BONTEMPO, Bruno Jr.; BOTO, Carlota. O ensino público como projeto de nação: a “Memória” de Martim Francisco (1816-1823). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 68, p. 253-278, 2014.

BORGES, CARRATO, José Ferreira. **Progresso e cultura em Minas Gerais nos dias do primeiro Império**. Franca: Memória da III Semana da História, 1981.

DONATO, Hernâni. **Colégio Visconde de Porto Seguro**: ponte entre duas culturas: 1878 – São Paulo: Empresa das Artes, 1993.

DUARTE, Durango. Disponível em: <http://idd.org.br/acervo/instituto-de-educandos-artifices>. Acesso em 19/02/2024



ETCHEBÉHÈRE JR, Lincoln; TRUFEM, Sandra Farto Botelho. **O ensino profissionalizante na Imperial cidade de São Paulo**. In: *História da Educação, Pelotas, ASPHE, FaE/UFPel, 2010*.

FRANCESCHINI, Maria Angelina V. de A. **Conde José Vicente de Azevedo: sua vida e sua obra**. São Paulo: Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, 1996.

GOMES, Maria Helena S. C. **Políticas sociais: educação e desenvolvimento no contexto de uma municipalidade**. Americana-SP: Adônis, 2011.

KIDDER, P, Daniel. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil (Províncias do Sul)**. São Paulo: Livraria Martins Editora; EDUSP, 1972.

LEITE, Aureliano. **História da civilização paulista**. São Paulo: Edição Saraiva, 1954.

MARTINS, Antônio Egydio. **São Paulo antigo: 1554 1910**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império** (subsídios para a história da educação no Brasil) 1823-1853. v. 2., Brasiliense, Nacional, São Paulo, 1936.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010.

TAUNAY, Affonso de E. **Cousas do Ensino e da Cultura no São Paulo Regencial**. In: **Educação de adultos**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, jul. 1954.

ZALUAR, A. Emílio. **Peregrinação pela Província de São Paulo**. São Paulo: Edições Cultura, 1945.

